

CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENERGIA E MATERIAIS - CNPEM

CNPJ 01.576.817/0001-75

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2014		2013	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição	4	3.932	8.557		
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição	4	27.332	11.993		
Aplicações financeiras - sem restrição	4	46.361	49.739		
Aplicações financeiras - com restrição	4	78.371	25.127		
Convênios/projetos e subvenções a receber	5	61.340	85.059		
Contas a receber		502	181		
Estoques		372	667		
Impostos a recuperar		17	17		
Adiantamento a fornecedores	9	19.729	-		
Outros ativos		4.506	945		
		242.462	182.285		
Não circulante					
Realizável em longo prazo					
Depósitos judiciais	8	6.378	6.420		
Imobilizado					
Sem restrição	6	139.203	136.096		
Com restrição	6	38.628	31.723		
Intangível					
Sem restrição	6	2.515	1.043		
Com restrição	6	391	306		
		187.115	175.588		
Total do ativo		429.577	357.873		

PASSIVO	Nota	2014		2013	
Circulante					
Fornecedores		683	1.296		
Salários, férias e encargos a pagar		5.624	5.822		
Recursos de convênios/projetos e subvenções	7	204.537	137.131		
Outras obrigações		2.325	3.660		
		213.169	147.909		
Não circulante					
Adiantamento de clientes		328	327		
Provisão para contingências	8	12.334	5.547		
Recursos de convênios/projetos e subvenções	7	37.308	23.493		
		49.970	29.367		
Patrimônio social		166.438	180.597		
Total do passivo e do patrimônio social		429.577	357.873		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - (Valores expressos em milhares de reais)

	2014		2013	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Superávit (déficit) do exercício	(14.159)	18.110		
Ajustes para conciliar o superávit (déficit) ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Rendimento sobre aplicações financeiras	(3.123)	(2.579)		
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	(15)	-		
Movimentações da provisão para contingências	6.787	-		
Depreciações e amortizações	13.123	11.650		
	2.613	27.181		
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Aplicações financeiras	(46.743)	(50.260)		
Convênios/projetos e subvenções a receber	23.719	(67.133)		
Contas a receber	(321)	(145)		
Estoques	295	(268)		
Impostos a recuperar	-	(1)		
Adiantamento a fornecedores	(19.729)	-		
Outros ativos	(3.561)	1.404		
Depósitos judiciais	42	(5.257)		
Imobilizados e intangíveis recebidos de convênios/projetos e subvenções	(16.730)	(24.174)		
Fornecedores	(613)	655		
Salários, férias e encargos a pagar	(198)	(862)		
Recursos de convênios/projetos e subvenções	81.221	79.346		
Adiantamento de clientes	1	-		
Outras obrigações	(1.335)	1.511		
Caixa e equivalentes de caixa líquidos, gerados pelas (aplicados nas) atividades operacionais:	18.661	(38.003)		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado e intangível	(7.947)	(20.955)		
Caixa e equivalentes de caixa líquidos, aplicados nas atividades de investimentos:	(7.947)	(20.955)		
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.714	(58.958)		
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	20.550	79.508		
No fim do exercício	31.264	20.550		
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	10.714	(58.958)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM ("CNPEM", "Instituição" ou "Instituto") - é uma Organização Social. A denominação passou a ser utilizada em 2012, em substituição à Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron ("ABTLus"), pessoa jurídica de Direito Privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 2.405, de 26 de novembro de 1997 e tem por missão, promover e contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio de seus Laboratórios Nacionais, que articulará, provendo-os das condições necessárias para a consecução de suas respectivas missões e o alcance de seus objetivos estratégicos, afins com os da Instituição. O CNPEM atua em cumprimento a Contrato de Gestão estabelecido com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ("MCTI"), visando o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação em quatro Laboratórios Nacionais, a saber: o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron ("LNLS"); o Laboratório Nacional de Biociências ("LNBio"); o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol ("CTBE") e o Laboratório Nacional de Nanotecnologia ("LNNano"). O mencionado Contrato de Gestão MCTI/CNPEM suporta o custeio das atividades desenvolvidas nos quatro Laboratórios Nacionais. Os resultados esperados constituem metas pactuadas anualmente, denominados Indicadores de Desempenho Técnico, aplicáveis a cada um dos citados Laboratórios Nacionais. A cada semestre, uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação, integrada por representantes de Ministérios, avalia o desempenho do CNPEM, por meio de inspeção local e análise de documentação apresentada. Cabe registrar que o CNPEM é presentemente responsável por um novo projeto de engenharia científica, a cargo da equipe técnico-científica do LNLS: a construção de uma nova Fonte de Luz Síncrotron, de quarta geração, para o qual o MCTI tem aportado recursos financeiros específicos. Em setembro 2010, o Contrato de Gestão foi renovado contemplando o período de 2010 a 2016 e pactuado um orçamento total para sua vigência no montante de aproximadamente R\$478.446 com desembolsos financeiros anuais. Durante o exercício de 2014, foram firmados o 10º, 11º e 12º termos aditivos, pactuando R\$80.560, R\$71.067 e R\$10.000 respectivamente. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legis-

lação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), levando em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T 10.19) - "Entidades sem Finalidade de Lucro". A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Instituição no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.4. **3. Principais práticas contábeis:** **3.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Instituição. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **3.2. Moeda estrangeira** - As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Instituição, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Instituição pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações financeiras. **3.3. Instrumentos financeiros - a. Ativos financeiros** - Os ativos financeiros da Instituição estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como recebíveis. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os principais ativos financeiros da Instituição incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, convênios/projetos e subvenções a receber, contas a receber e outros ativos. **Caixa e Equivalentes de Caixa** - São representadas por dinheiro em caixa, saldos em conta corrente (bancos) e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata, registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização. Normalmente, as aplicações financeiras que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. As disponibilidades, denominadas "sem restrição", são originadas principalmente de recursos providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, destinados ao custeio das atividades da Insti-

Demonstrações do superávit (déficit) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - (Valores expressos em milhares de reais)

	2014		2013	
Receitas operacionais com desenvolvimento tecnológico				
Com restrição				
Reconhecimento subvenções federais - Projeto CTBE		-	15.747	
Reconhecimento subvenções federais - Projeto Sirius		16.652	15.808	
Reconhecimento subvenções federais - Projeto Biotec		1.529	-	
Reconhecimento subvenções federais - Projeto Sisnano		108	-	
		18.289	31.555	
Sem restrição				
Subvenções federais		76.313	87.304	
Serviços prestados		1.005	1.065	
Atividades administrativas		70	991	
Rendimentos financeiros		5.703	4.277	
		83.091	93.637	
		101.380	125.192	
Despesas com atividades de desenvolvimento tecnológico				
Salários, encargos e despesas relacionadas		(53.072)	(48.351)	
Depreciação e amortização		(11.695)	(9.602)	
Realização de receita diferida de ativos doados		2.619	681	
Serviços de terceiros		(10.192)	(9.008)	
Material de consumo e outros		(9.879)	(15.185)	
		(82.219)	(81.465)	
Superávit bruto		19.161	43.727	
Despesas operacionais				
Administrativas				
Salários, encargos e despesas relacionadas		(19.886)	(11.610)	
Depreciação e amortização		(863)	(2.048)	
Serviços de terceiros		(10.652)	(9.241)	
Material de consumo		(553)	(1.028)	
Viagens		(236)	(705)	
Despesas financeiras e tributárias				
Impostos e taxas		(1.351)	(866)	
Resultado de variação cambial, líquida		(931)	(407)	
Outras receitas operacionais, líquidas		1.152	288	
		(33.320)	(25.617)	
Superávit (déficit) do exercício		(14.159)	18.110	

Demonstrações do superávit (déficit) abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

	2014	2013
Superávit (déficit) do exercício	(14.159)	18.110
Superávit (déficit) abrangente do exercício	(14.159)	18.110

Demonstrações das mutações do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

	Patrimônio social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	162.487	162.487
Superávit do exercício	18.110	18.110
Saldos em 31 de dezembro de 2013	180.597	180.597
Déficit do exercício	(14.159)	(14.159)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	166.438	166.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

tuição. As disponibilidades, denominadas "com restrição", são destinadas para desenvolvimento dos Projetos Sirius, SisNano e BIOTEC. **Aplicações financeiras** - São valores aplicados em debêntures e tratam-se de títulos emitidos por terceiros, cujos vencimentos ocorrerem entre janeiro de 2016 a abril de 2019, classificadas como disponíveis para negociação e são mensuradas pelo seu valor justo por meio do resultado, possuindo liquidez imediata. **Subvenções a receber** - As subvenções governamentais são reconhecidas em conformidade com o CPC 7 ou NBC T 19.4 - Subvenção e assistência governamentais aprovada pela Resolução CFC nº 1.143/08, sendo registradas como Subvenções a receber pelo acordado em contrato até o efetivo recebimento. Mensuração de ativos financeiros - Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A mensuração subsequente de ativos financeiros é realizada por meio do resultado (superávit), sendo aqueles adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do superávit. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: § Os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos expiram; ou § A Instituição transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) A Instituição transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b)

Continua...



...Continuação

A Instituição não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. **b. Passivos financeiros** - Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de *hedge*, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Mensuração de passivos financeiros - A Instituição determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado (superávit) no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do superávit. Os passivos financeiros da Instituição incluem contas a pagar a fornecedores e outras obrigações e recursos de convênios/projetos e subvenções. Fornecedores incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, que são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. **c. Instrumentos financeiros - apresentação líquida** - Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d. Valor justo de instrumentos financeiros** - O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.4. Estimativas contábeis - São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Instituição. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: i) a seleção de vidas úteis do imobilizado e intangível; ii) a provisão para contingências; e iii) a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3.5. Demais ativos e passivos, circulantes e não circulantes - a. Imobilizado e Intangível** - É registrado ao custo de aquisição, formação, construção ou aos valores atribuídos às doações patrimoniais e deduzidos da depreciação acumulada. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Os ativos denominados "sem restrição", são originados principalmente de recursos providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, destinados ao custeio das atividades da Instituição. Os ativos denominados "com restrição", são destinados a investimento em desenvolvimento dos Projetos Sirius, SisNano e BIOTEC. A depreciação e a amortização são calculadas de forma linear ao longo da vida útil do ativo, à taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estando assim em conformidade com o CPC 27. O parágrafo 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, determina que a Instituição deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor (*impairment*) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação e amortização. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, ou seja, o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos são agrupados e avaliados de acordo com os fluxos de caixa gerados pelo ativo ou grupo de ativos que representem uma unidade geradora de caixa independente. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. **b. Recursos de convênios e projetos** - São recursos captados junto a agências de fomento com destinação específica nos projetos aprovados registrados como passivo pelo valor de contrato até a efetiva destinação dos recursos. Em seguida passam a ser mensurados com base na movimentação dos valores substancialmente relacionados a rendimentos financeiros decorrentes das aplicações dos recursos não utilizados e dos correspondentes gastos incorridos ou destinação do recurso para ativos imobilizados e intangíveis, conforme NBC TG 07, conforme demonstrado na nota explicativa 7. **c. Saldos dos**

recursos destinados à implantação do Projeto Sirius, Projeto SisNano e BIOTEC - Pela natureza dos recursos (Subvenção e assistência do Governo Federal), esses valores são tratados conforme determina o CPC 7, cuja aplicação está mencionada na nota explicativa 7. O registro inicial tem contrapartida o mesmo montante no ativo de convênios/projetos e subvenções a receber. A realização para resultado é realizada nos períodos ao longo dos quais o Instituto reconhece os custos relacionados ao objeto de compensação, portanto se destinados recursos para aquisição de imobilizado ou intangíveis, a realização da receita acompanha a vida útil dos bens adquiridos. **d. Outros benefícios a empregados** - Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Instituição incluem em adição à remuneração fixa (salários) e contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário) o plano de previdência privada de contribuição definida e o vale alimentação. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício com base em competência, à medida que são incorridos conforme determina o CPC 33 ou NBC T 19.31 - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CFC nº 1.193/09. **e. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes** - Os demais ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.6 Tributação** - A Instituição goza de isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit. **3.7 Provisão para contingências** - A Instituição registra somente os processos classificados pelos assessores jurídicos como perda provável a valores atualizados (nota explicativa 8), conforme determinação do Pronunciamento Técnico CPC 25 ou NBC T 19.7 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09, no qual as provisões são reconhecidas, pois são baseadas em estimativas confiáveis, são obrigações presentes e indicam que haverá uma saída de recursos para liquidar as obrigações. **3.8 Patrimônio social** - Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, o patrimônio social é representado pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor. Conforme estatuto social, a Instituição deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao

5. Convênios/projetos e subvenções a receber

	2013	Adição de contratos e aditivos	Baixa por recebimento efetivo	Transferências	2014
Contrato gestão de operação	12.779	81.350	(76.311)	-	17.818
Projeto Sirius	57.580	64.530	(93.933)	-	28.177
Projeto SisNano	10.780	10.746	(11.180)	-	10.346
Projeto Biotec	3.920	4.999	(3.920)	-	4.999
	85.059	161.625	(185.344)	-	61.340
	2012	Adição de contratos e aditivos	Baixa por recebimento efetivo	Transferência	2013
Contrato gestão de operação	14.926	87.097	(87.304)	(1.940)	12.779
Projeto Sirius	3.000	85.110	(32.470)	1.940	57.580
Projeto SisNano	-	10.780	-	-	10.780
Projeto Biotec	-	3.920	-	-	3.920
	17.926	186.907	(119.774)	-	85.059

Os valores acima se referem aos montantes a receber de convênios/projetos e subvenções detalhados na nota explicativa 7.

6. Imobilizado e Intangível

	Depreciação/amortização % a.a.	Custo	Depreciação/amortização acumulada	2014	2013
Equipamentos de pesquisa	10 a 29	120.638	(54.688)	65.950	47.672
Móveis e utensílios	10 e 15	45.331	(16.069)	29.262	27.396
Equipamentos de computação	10 a 40	7.800	(4.506)	3.294	3.912
Edifícios	4	39.091	(4.152)	34.939	29.168
Veículos	20	728	(229)	499	386
Bens desenvolvimento interno		1.387	-	1.387	5.732
Importação em andamento		821	-	821	17.070
Obras em andamento		1.983	-	1.983	2.829
Outros	10	3.964	(2.896)	1.068	1.931
Imobilizado sem restrição		221.743	(82.540)	139.203	136.096
Equipamentos de pesquisa		12.446	(3.293)	9.153	7.134
Móveis e utensílios	10 e 15	3.223	(541)	2.682	5.751
Equipamentos de computação	10 a 40	1.015	(377)	638	289
Edifícios	4	-	-	-	5.951
Importação em andamento		1.366	-	1.366	-
Obras em andamento		24.107	-	24.107	12.598
Outros		771	(89)	682	-
Imobilizado com restrição		42.928	(4.300)	38.628	31.723
Total imobilizado		264.671	(86.840)	177.831	167.819
Software sem restrição	14	3.779	(1.264)	2.515	1.043
Software com restrição	14	685	(294)	391	306
Total intangível		4.464	(1.558)	2.906	1.349

Movimentação 2014

	2013	Adições	Baixas	Transferência	Doações	2014
Equipamentos de pesquisa	107.451	-	(132)	23.803	1.962	133.084
Móveis e utensílios	45.173	3.550	(294)	-	125	48.554
Equipamentos de computação	8.234	-	(233)	604	210	8.815
Edifícios	38.574	-	-	517	-	39.091
Veículos	441	287	-	-	-	728
Bens em desenvolvimento interno	5.732	-	-	(4.567)	222	1.387
Importação em andamento	17.070	17.889	-	(32.772)	-	2.187
Obras em andamento	15.427	-	-	10.663	-	26.090
Outros	4.608	-	(5)	131	-	4.734
Total do custo	242.710	21.726	(664)	(1.621)	2.519	264.670
Depreciação acumulada	(74.891)	(12.630)	682	-	-	(86.839)
Total imobilizado	167.819	9.096	18	(1.621)	2.519	177.831
Software	3.450	419	(1.039)	1.621	13	4.464
Amortização acumulada	(2.101)	(493)	1.036	-	-	(1.558)
Total intangível	1.349	(74)	(3)	1.621	13	2.906

Continua...

...Continuação
Movimentação 2013

	Movimentação					2013
	2012	Adições	Baixas	Transferência	Doações	
Equipamentos de pesquisa	101.383	5.987	-	(951)	1.032	107.451
Móveis e utensílios	35.433	7.933	-	(208)	2.015	45.173
Equipamentos de computação	6.905	617	910	(301)	103	8.234
Edifícios	28.332	10.242	-	-	-	38.574
Veículos	441	-	-	-	-	441
Bens em desenvolvimento interno	6.836	624	(1.728)	-	-	5.732
Importação em andamento	6.880	9.419	(117)	-	888	17.070
Obras em andamento	9.199	5.293	935	-	-	15.427
Outros	3.982	195	-	(2)	433	4.608
Total do custo	199.391	40.310	-	(1.462)	4.471	242.710
Depreciação acumulada	(64.738)	(11.317)	-	1.164	-	(74.891)
Total imobilizado	134.653	28.993	-	(298)	4.471	167.819
Software	3.112	348	-	(10)	-	3.450
Amortização acumulada	(1.819)	(333)	-	51	-	(2.101)
Total intangível	1.293	15	-	41	-	1.349

Bens recebidos em comodato - Os bens que formam o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (edifícios, equipamentos, etc.) foram basicamente cedidos para uso do CNPEM pelo MCTI/CNPq, por meio do Contrato de Gestão mencionado na nota explicativa 1 e, portanto, não estão contemplados nessas demonstrações financeiras. As cessões dos comodatos abaixo representam o volume de recursos aplicados em bens aguardando encerramento do processo de doação por parte da agência de fomento:

	2014	2013
Bens cedidos pelo MCTI/CNPq por meio do contrato de gestão	2.421	2.499
Bens sob responsabilidade FINEP/CT Infra I	1.701	1.701
Bens sob responsabilidade FINEP/CT Infra III	1.279	1.279
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Interação	1.249	1.249
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Proinfra	789	789
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Proinfra LNLS	592	592
Bens sob responsabilidade FINEP Mod. Gigabit	378	378
Bens cedidos pela Fundação CPQD - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações	155	155
Bens sob responsabilidade FINEP/Getec	135	135
Bens em comodato / convênios	171	-
Bens sob responsabilidade FINEP/CT Infra V	67	67
	8.937	8.844

O terreno no qual está instalada a Instituição é de propriedade do Governo do Estado de São Paulo e foi declarado de utilidade pública pelo Processo nº 30.135, de 12 de julho de 1989, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 13 de julho de 1989. Durante o exercício de 2010, o Governo do Estado de São Paulo emitiu o "Termo de Permissão de Uso de Próprio da Fazenda do Estado de São Paulo, na conformidade do Decreto nº 55.359, de janeiro de 2010" por tempo indeterminado.

7. Recursos de convênios/projetos e subvenções

	Recursos de aplicação financeira		Realização da receita e amortização		Realização relativa a depreciação	2014
	2013 recebidos	2013	2013	2013		
Petrobrás TMEC	348	-	18	(119)	-	247
Convênio CTBE BNDES Jacto	861	2.500	232	(1.477)	-	2.116
Convênio BNDES RHODIA	1.581	2.191	174	(2.767)	-	1.179
Convênio FINEP Gerador	1.904	-	76	(1.980)	-	-
Convênio CTBE BP	805	230	74	(663)	-	446
Convênio CTBE RHODIA II	26	-	-	(26)	-	-
Convênio FINEP PACMAN	1.793	-	100	(1.001)	-	892
Convênio FINEP INFRAPEM	943	-	19	(794)	-	168
Convênio BNDES LIMA	-	2.073	128	(128)	-	2.073
Convênio FINEP ID COLOFF	-	516	15	(15)	-	516
Convênio FINEP DTMX2	-	696	32	(31)	-	697
Convênio DOW II	-	589	15	(15)	-	589
Convênio MS SICONV LIMA	-	3.175	109	(110)	-	3.174
Convênio FMC FSW	-	705	-	-	-	705
Convênio EMBRAPPII	-	1.004	6	(5)	-	1.005
Receita diferida ativos de convênios	9.427	1.875	-	-	(1.314)	9.988
Outros convênios	2.748	4.756	302	(363)	-	7.443
Recursos de convênios (a)	20.436	20.310	1.300	(9.494)	(1.314)	31.238
Recursos de projetos em execução do Sirius	102.146	64.530	6.338	(31.548)	-	141.466
Receita diferida ativos Sirius	10.609	12.966	-	-	(1.236)	22.339
Recursos de projetos em execução do SisNano	7.276	10.746	335	(1.588)	-	16.769
Receita diferida ativos SisNano	3.458	1.420	-	-	(363)	4.515
Recursos de projetos em execução do BIOTEC	3.920	4.999	179	(1.862)	-	7.236
Receita diferida ativos BIOTEC	-	284	-	-	(4)	280
Receita diferida ativos Contrato de Gestão	-	185	-	-	-	185
Recursos de projetos (b)	127.409	95.130	6.852	(34.998)	(1.602)	192.790
Subvenção de contratos de gestão (operação)	12.779	81.350	-	(76.312)	-	17.817
Subvenção de contrato de gestão (c)	12.779	81.350	-	(76.312)	-	17.817
	160.624	196.790	8.152	(120.804)	(2.916)	241.845
Passivo circulante	(137.131)	-	-	-	-	(137.131)
Passivo não circulante	23.493	-	-	-	-	23.493

a) Recursos de convênios - A Instituição possui diversos projetos de pesquisa vinculado à empresas, agências de fomentos e/ou bancos. Para isso, os instrumentos reguladores são firmados mediante Acordo de Cooperação, Convênios ou Acordos de Fornecimento entre as partes, mediante um plano de trabalho e um cronograma de desembolso específico ao projeto, onde na maioria das vezes não há contrapartida financeira do CNPEM, cabendo ao fim, o processo de prestação de contas ao parceiro. Atualmente os principais parceiros da Instituição são Petrobras, Rhodia Poliamida e Especialidades Ltda., BP Ennergy do Brasil Ltda., Máquinas Agrícolas Jacto S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, FINEP, Ministério da Saúde, EMBRAPA, entre outros. Durante o exercício de 2014 foram recebidas doações patrimoniais de entidades

dos convênios que correspondem a equipamentos para pesquisas e outros fins relacionados à atividade da Instituição, no montante de R\$1.875. b) Recursos de projetos - Sirius - Os recursos contratados em 2014 e 2013 estão destinados, em sua maioria, à execução das obras e instalação e da produção da máquina do Sirius, a nova Fonte de Luz Síncrotron de Alto Desempenho para o Brasil. Os valores apresentados no quadro acima representam a diferença entre o saldo de orçamentos pactuados em exercícios anteriores, os rendimentos financeiros e o montante orçamentário executado deste projeto, além do recurso firmado por meio do 10º e 11º termo aditivo do Contrato de Gestão, no montante de R\$15.530 e R\$49.000, respectivamente. SisNano - Os recursos destinados ao este projeto serão utilizados na aquisição de equipamentos para implantação da nova instalação do LNLS, viabilizando a realização das linhas de pesquisa previstas para o Laboratório de Referência do SisNano. Para 2014, o recurso do projeto foi firmado por meio do 10º termo aditivo do Contrato de Gestão, no montante de R\$946. BIOTEC - Este projeto tem por objetivo a criação de uma infraestrutura laboratorial destinada à geração de linhagens celulares e bancos de células produtoras de proteínas recombinantes. Em 2014, o recurso do projeto foi firmado por meio do 12º termo aditivo do Contrato de Gestão, no montante de R\$5.000 a ser executado durante o ano de 2015. c) Subvenção de contrato de gestão - O contrato de gestão firmado entre o CNPEM e o MCTI é destinado para o custeio das atividades desenvolvidas nos Laboratórios Nacionais e seu resultado é medido anualmente por meio de Indicadores de Desempenhos Técnicos. Os valores apresentados no passivo não circulante se referem a receita diferida criada em contrapartida dos imobilizados e intangíveis adquiridos para os respectivos projetos, as quais são amortizadas de acordo com a vida útil dos respectivos bens e direitos adquiridos. 8. Provisão para contingências: A Instituição está envolvida em ações judiciais sobre questões fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso.

	2014	2013
Provisão para contingências	12.334	5.547
Trabalhistas	(5.319)	(5.361)
Depósitos judiciais	(1.059)	(1.059)
Trabalhistas	(6.378)	(6.420)
Tributários	5.956	(873)

Movimentações 2014

	2013	Adições	Baixas	2014
Provisão para contingências	-	-	-	-
Trabalhistas	5.547	6.787	-	12.334
Depósitos judiciais	5.547	6.787	-	12.334
Trabalhistas	(5.361)	(14)	56	(5.319)
Tributários	(1.059)	-	-	(1.059)
	(6.420)	(14)	56	(6.378)

Movimentações 2013

	2012	Adições	Baixas	2013
Provisão para contingências	-	-	-	-
Trabalhistas	5.547	-	-	5.547
Depósitos judiciais	5.547	-	-	5.547
Trabalhistas	(104)	(5.257)	-	(5.361)
Tributários	(1.059)	-	-	(1.059)
	(1.163)	(5.257)	-	(6.420)

Trabalhistas - Em 2013 a Instituição teve perda em primeira instância de um processo de adicional de insalubridade e periculosidade, no entanto, incluiu ação rescisória para anular a condenação e depositou em conta judicial o montante de R\$5.208. Em 2014, o cálculo do processo foi revisto judicialmente e houve a necessidade de complementar a provisão para contingência no montante de R\$6.787. Adicionalmente, os processos avaliados com possíveis chances de êxito se tratam de ações movidas por ex-funcionários e/ou funcionários de empresas prestadoras de serviços da Instituição pleiteando pagamentos de diferenças salariais, diferenças de horas extras acrescidas dos adicionais incidentes e reflexos, além de verbas rescisórias. Na maioria dos casos, a Instituição está incluída como responsável subsidiária pelo cumprimento de eventual condenação, por ser tomadora dos serviços. O somatório dos processos possíveis totaliza R\$1.547 (R\$287 em 2013). Tributárias - O depósito judicial tributário encontra-se, dentre outras ações, em instância administrativa e refere-se a auto de infração e imposição de multa, lavrado em 17 de fevereiro de 2004, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, relativo ao ICMS incidente na importação de máquinas e equipamentos no período de janeiro de 2001 a junho de 2002. Em atendimento ao referido dispositivo, a Instituição depositou em juízo perante a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas, em outubro de 2009, o montante de R\$672, previsto na ação com as devidas correções e em setembro de 2012 a Instituição realizou um complemento do depósito no montante de R\$387, totalizando R\$1.059. Apesar dos assessores jurídicos reconhecerem este processo com remota chance de perda, o depósito judicial se mantém até o julgamento final da causa. 9. Adiantamento a fornecedores: O saldo refere-se basicamente ao adiantamento efetuado para a Racional Engenharia Ltda. para a construção do projeto Sirius, no montante total de R\$19.729. 10. Plano de previdência privada: A Instituição disponibiliza para 100% de seus colaboradores um plano de previdência privada por contribuição definida (BrasilPrev), com o objetivo de complementação da previdência oficial. No ato da aposentadoria, o participante poderá optar pelo benefício da aposentadoria ou pelo resgate do saldo alcançado na composição do seu fundo. O plano tem participação da Instituição (4% do salário) e dos seus colaboradores (2% do salário) na formação do fundo, por meio de contribuições mensais regulares e podendo o colaborador realizar aportes adicionais a qualquer tempo. O plano prevê rentabilidade garantida do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), acrescido de 6% ao ano, e taxa de carregamento de 3% sobre o valor das contribuições mensais. O montante das contribuições no exercício de 2014 foi de R\$2.684 (R\$1.529 em 2013). 11. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial consistiam basicamente de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras (conforme nota explicativa 4). Quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deles, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Instituição não realizou operações com derivativos. 12. Cobertura de seguros: A Instituição contratou cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2014, a apólice de seguro da Instituição totaliza R\$252.000, sendo as principais coberturas contra eventos de qualquer natureza de R\$111.300 (R\$42.000 em 2013), contra riscos operacionais de R\$270 para responsabilidade civil (R\$270 em 2013) e R\$423 para danos materiais (R\$190 em 2013). 13. Aíms, fianças e garantias: A Instituição não prestou garantias durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e não possuía em 31 de dezembro de 2014 e 2013, quaisquer transações como interveniente garantidora.

Kleber Gomes Franchini
Diretor-Geral Pro tempore

Evandro Blumer
Diretor de Administração Pro tempore

Alessandra Dal Bom Takita
Contadora CRC 1SP243013/O-6

Continua...



...Continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do

Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM
Campinas - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM ("CNPEM" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit), do superávit (déficit) abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demon-

trações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avalia-

ção da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase** - Conforme mencionado na nota explicativa 1, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM depende dos recursos providos anualmente pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI para manter as suas atividades operacionais.
Campinas, 06 de fevereiro de 2015

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S. - CRC 2SP015199/O-6
Luís Alexandre Marini - Contador CRC 1SP182975/O-5
João Henrique Schenk - Contador CRC 1SP202127/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO CNPEM 2014

O **Relatório Anual 2014** do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - apresenta os resultados técnico-científicos e de gestão dessa Organização Social (OS), que, por meio de Contrato de Gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), é responsável por operar quatro Laboratórios Nacionais: o Laboratório Nacional de Luz Sinerotron (LNLS); o Laboratório Nacional de Biotecnologia (LNBio); o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE) e o Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano). O **Relatório Anual 2014** do CNPEM compõe-se de três

Partes. A **Parte I** resume os resultados institucionais obtidos em cada um dos 4 Eixos de Atuação (Eixo 1 - Instalações abertas a usuários externos; Eixo 2 - Pesquisa e desenvolvimento *in-house*; Eixo 3 - Apoio à geração de inovação nos setores de agricultura, indústria e serviços (AIS); Eixo 4 - Treinamento, educação e extensão), os Indicadores de Desempenho pactuados com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, os destaques dos Laboratórios Nacionais e as principais realizações do Centro em 2014. A **Parte II** apresenta os resultados técnicos e informações detalhadas das atividades dos Laboratórios Nacionais, seus

principais avanços, infraestrutura, projetos de pesquisa e desenvolvimento em destaque, parcerias tecnológicas e iniciativas de capacitação e treinamento. A **Parte III** detalha os Indicadores de Desempenho pactuados entre o MCTI e o CNPEM e anexos, aí se incluindo o Balanço Patrimonial e Parecer de Auditores Independentes. O **Relatório Anual 2014** foi aprovado pelo Conselho de Administração do CNPEM em 05 de março de 2015. Todas as Partes mencionadas do **Relatório Anual 2014** do CNPEM estão disponíveis em <http://www.cnpem.br> (menu **acesso à informação**).

(*) N.da Coejo: Publicado nesta data por ter sido omitido no DOU de 16-3-2015, Seção 3.

CODENI - CIA DE DESENVOLVIMENTO DE NOVA IGUAÇU

CNPJ/28.732.006/0001-72

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

De acordo com o art.124 §1º da Lei 6.404/76, e do seu Estatuto, ficam os Senhores Acionistas, convocados para a AGO e AGE a realizar-se no dia 27 de abril de 2015, em sua sede, à Av. Governador Portela, 812 - 3º andar - Centro - N. Iguazu/RJ, em 1ª convocação às 09:00h e em 2ª convocação às 09:30h com qualquer número de Acionistas, para examinar discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Apreciação e Aprovação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31/12/2014; 2) Parecer do Conselho Fiscal sobre as Contas do Exercício; 3) Assuntos Gerais: Ficam à disposição dos Acionistas na sede da Empresa, durante o horário comercial, até a realização da Assembleia, a documentação mencionada no art.133, da Lei 6.404/76, para quaisquer outros esclarecimentos. A diretoria.

Nova Iguaçu, 9 de março de 2015.

ALCIR XAVIER DA SILVA

Diretor Presidente da Comissão de Intervenção

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIADOS RURAIS DE UMBÁUBA-SE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A comissão pró-fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Umbaúba - SE, convoca todos os membros da categoria profissional dos assalariados e assalariadas rurais, ativos, inativos e aposentados, compreendendo toda pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração do município de Umbaúba Estado de Sergipe a participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA de Fundação do Sindicato Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Umbaúba - SE, a ser realizada no dia 12 de abril de 2015, no endereço situado na Rua Padre José Bonifácio Costa, 129, nesta cidade de Umbaúba Estado de Sergipe, com início às 14:00 (quatorze) horas, em primeira convocação e em segunda convocação, 1 (uma) hora após, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Umbaúba - SE que representará a categoria dos assalariados e assalariadas rurais, ativos, inativos e aposentados na base territorial do Município de Umbaúba - SE; 2) Discussão e aprovação do estatuto social do sindicato, 4) Eleição e posse da primeira diretoria; 4) Deliberar por filiação a entidades superiores; 5) Outros assuntos de interesse da Categoria.

Umbaúba-SE, 12 de março de 2015.

GILIANE DOS SANTOS

Presidente da Comissão

CPF: 023.724.645-74

Endereço: Pov. Macaquinho, 127 - Zona Rural - 49.260.000 - Umbaúba - SE.

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO DA FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO AMAPÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL

A Comissão Pró-Fundação do Sindicato da Fiscalização Agropecuária do Estado do Amapá, Convoca toda à Categoria dos Fiscais e Agentes de Fiscalização Agropecuária, com Base Territorial no Estado do Amapá, Para Assembleia Geral de Fundação da Entidade, a Ser Realizada no Dia 29 de Abril de 2015, tendo como Local o Auditório do Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Estado do Amapá, Situado a Rua São José, Nº 2169, Bairro Centro, No Município de Macapá, as 09 Horas em Primeira Convocação e as 9:30 Horas em Segunda Convocação com Qualquer Número de Participantes. Ordem do Dia: 1) Fundação do Sindicato da Fiscalização Agropecuária do Estado do Amapá; 2) Leitura e Aprovação do Estatuto Social; 3) Eleição, Apuração dos Votos e Posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; 4) Filiação À CUT- Central Única dos Trabalhadores 5) Definição do Valor da Contribuição Mensal 6) Assuntos Gerais. Charles Ferreira Brito; Residente a Rua Brigadeiro Hélio Costa, 627, Bairro Infraero I, Portador do CPF 613284992-00 e do PIS 1270507036.

Macapá, 3 de março de 2015.

CHARLES FERREIRA DE BRITO

Presidente da Comissão Pró-Fundação

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS PESCADORES E PESCADORAS PROFISSIONAIS, ARTESANAIS, AQUICULTORES(A), CRIADORES(A) DE PEIXE TRABALHADORES(A) DA PESCA NAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL

Nos termos do Estatuto, convoco os senhores (as) associados da COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS PESCADORES E PESCADORAS PROFISSIONAIS, ARTESANAIS, AQUICULTORES(AS) CRIADORES(AS) DE PEIXE TRABALHADORES(AS) DA PESCA NAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA (ESTADO DO MARANHÃO), para uma reunião de Assembleia Geral, a realizar-se na sede provisória, na Rua da 01, Nº 53, Bairro: Parque Samaritano, nesta Cidade, no dia 09 de ABRIL de 2015, às 10:30hs em segunda convocação, havendo quórum, ou às 10:30hs, em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes, para tratar da seguinte:

Ordem do Dia:

Apresentação e Aprovação do Estatuto;

Eleição e posse da Diretoria e Conselho Fiscal;

Outros assuntos.

Cidelândia-MA, 13 de março de 2015.

JOSÉ DA CONCEIÇÃO QUARESMA NETO

Presidente da Comissão Organizadora

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIADOS RURAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA

A comissão pró-fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Itaporanga D'Ajuda - SE, convoca todos os membros da categoria profissional dos assalariados e assalariadas rurais, ativos, inativos e aposentados, compreendendo toda pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração do município de Itaporanga D'Ajuda Estado de Sergipe a participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA de Fundação do Sindicato Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Itaporanga D'Ajuda - SE, a ser realizada no dia 14 de abril de 2015, no endereço situado na Avenida Deputado José Conde Sobral, 423, nesta cidade de Itaporanga D'Ajuda Estado de Sergipe, com início às 09:00 (nove) horas, em primeira convocação e em segunda convocação, 1 (uma) hora após, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Itaporanga D'Ajuda - SE que representará a categoria dos assalariados e assalariadas rurais, ativos, inativos e aposentados na base territorial do Município de Itaporanga D'Ajuda - SE; 2) Discussão e aprovação do estatuto social do sindicato, 4) Eleição e posse da primeira diretoria; 4) Deliberar por filiação a entidades superiores; 5) Outros assuntos de interesse da Categoria.

Itaporanga D'Ajuda-SE, 12 de março de 2015.

VANUSIA DE JESUS PATRIARCA

Presidente da Comissão CPF: 023.143.685-84

Endereço: Rua Gilberto Amado, 26 - Centro - 49.120.000 - Itaporanga D'Ajuda - SE.

COMISSÃO PRÓ-FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIADOS RURAIS DE AREIA BRANCA-SE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A comissão pró-fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Areia Branca - SE, convoca todos os membros da categoria profissional dos assalariados e assalariadas rurais, ativos, inativos e aposentados, compreendendo toda pessoa física que presta serviço em propriedade rural ou prédio rústico a empregador rural, pessoa física ou jurídica, sob dependência deste e mediante remuneração do município de Areia Branca Estado de Sergipe a participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA de Fundação do Sindicato Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Areia Branca - SE, a ser realizada no dia 13 de abril de 2015, no endereço situado na Rua Heráclito Diniz, 41, nesta cidade de Areia Branca Estado de Sergipe, com início às 09:00 (nove) horas, em primeira convocação e em segunda convocação, 1 (uma) hora após, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Areia Branca - SE que representará a categoria dos assalariados e assalariadas rurais, ativos, inativos e aposentados na base territorial do Município de Areia Branca -